

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CUIABÁ

Ao décimo quarto dia (14) de agosto de dois mil e vinte (2020) às 08:30 (oito e trinta) horas na plataforma de reuniões do Google (*Meet*), ocorreu a segunda Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá, com a seguinte pauta: I – LEITURA DA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DA MARGEM ESQUERDA DO RIO CUIABÁ; II – APRESENTAÇÃO DO PROF.º DR.º CLAUDIO MIRANDA SOBRE O TEMA: “O PLANEJAMENTO URBANO ORIENTADO PELA UNIDADE DE BACIA HIDROGRÁFICA III- APRESENTAÇÃO DA PROF.ª DR.ª DANIELA MAIMONI SOBRE O TEMA: “RESULTADOS DA APLICAÇÃO DOS INDICADORES DE GOVERNANÇA DA ÁGUA NO CBH CUIABÁ ME”; IV – APRESENTAÇÃO DA PROF.ª DR.ª ELIANA BEATRIZ SOBRE O TEMA: “PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DOS CÓRREGOS URBANOS” E “NOVO MARCO DO SANEAMENTO”; V- INFORMES GERAIS. A presidente do Comitê, Prof. Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, faz a chamada para conferência de quórum, e dá início a reunião cumprimentando a todos. I- A Presidente informa que a ata da reunião anterior já havia sido encaminhada por e-mail aos membros e pergunta se há alguma sugestão. Na ausência de questionamentos, a ata foi aprovada por todos. Em seguida, a Presidente passa a palavra para o Prof.º Claudio Miranda que inicia a sua apresentação agradecendo o convite para palestrar na reunião do Comitê e poder fazer o diálogo entre o planejamento urbano e a área ambiental. Ele explica que dentro da Lei da Criação da ANA em 2000 o planejamento urbano orientado pela unidade de bacia hidrográfica parecia muito interessante, e por isso esse foi o tema da sua dissertação de mestrado. O Instituto Cidade Legal, o qual representa, tem como objetivo buscar uma articulação dessa grande escala do meio ambiente e da bacia hidrográfica com a escala das cidades e possui o apoio do Ministério Público Estadual para esse projeto. O professor

comenta de participações em difíceis debates entre profissionais da área ambiental e arquitetos que defendem de formas opostas a conservação do meio ambiente, principalmente áreas de preservação permanentes, mas acha isso um falso debate porque entende que o ser humano faz parte do meio ambiente e esta ação antrópica deve ser sempre regulada a favor de um equilíbrio entre o homem e o ambiente natural. Embora esse diálogo entre urbanismo e meio ambiente no campo das políticas públicas, nas práticas, nos processos de gestão democrático eles possuem formas de discussões independentes, utilizam instrumentos legais próprios, é possível uma união entre ambos, e é essa sinergia que o Instituto Cidade Legal tenta obter. Após explicar o papel do Instituto, ele introduz sobre a importância do Plano Diretor, responsável por regular a cidade englobando leis de uso e ocupação do solo, lei de parcelamento, planos setoriais de saneamento básico e resíduos sólidos, assim como o Plano de Recursos Hídricos é importante para regular os assuntos relacionados a bacia. Então, essa relação entre meio ambiente natural e urbano pode ser visualizada de forma rasa a partir dessa divisão que se estabelece em função da poligonal do perímetro urbano da cidade e a zona rural definida em um Plano Diretor a partir de um macrozoneamento do município. A densidade bruta de população por área que constitui as cidades, é fundamental para a gestão urbanística, como exemplo, o professor cita Cuiabá com uma densidade de 23 habitantes por hectare e Várzea Grande a metade desse valor. Complementa que esses valores são baixos e possui como consequência maior os impactos na fauna, flora, no solo e nos recursos hídricos. Ele enfatiza a importância dessa questão, tanto que a razão entre a taxa de consumo do solo e a taxa de crescimento da população está em uma meta importante do Objetivo 11 do ODS 2030 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. A cidade de Sinop é um exemplo dessa razão, pois entre 2000 e 2020 a população dobrou e o crescimento da área urbanizada quadruplicou, demonstrando uma falta de gestão pois não é necessária toda essa área. Como será possível atingir a universalização do saneamento até 2033 como prevê o Novo Marco Regulatório, já que o custo de distribuição de água e coleta de esgoto aumentam exponencialmente em relação ao tamanho da população, e isso

acarretará em uma má distribuição no abastecimento de água e a coleta de esgoto em apenas uma parte da cidade por causa dos custos elevados com reservatórios, bombas, adutoras e despejos em uma extensão sem adensamento inviabilizando o saneamento. O planejamento urbano orientado pela bacia hidrográfica tem como objetivo trabalhar a ocupação do solo de acordo com a capacidade de suporte das sub bacias dos córregos e dos rios, e também analisar a localização das ETA's, ETE's e aterros sanitários, essa articulação é fundamental nesse processo de urbanização. O professor comenta ainda que muitas vezes os urbanistas não têm a mesma sensibilidade dos profissionais do saneamento ambiental para as questões de infraestrutura do saneamento, e por isso reforça a importância da ligação entre essas duas áreas. Outra questão importante no processo de desenvolvimento urbano é a expansão da cidade, que se dá pela lei do parcelamento onde é estabelecido um percentual máximo de áreas privadas, áreas públicas, áreas verdes, áreas de preservação permanente, visando a garantia de taxas verdes para manutenção da fauna e da flora e a conservação dos recursos hídricos. Infelizmente boa parte da área urbana de Cuiabá e outros municípios da baixada são ocupadas de forma irregular sem diretrizes, sem regulação fundiária e grande parte das áreas verdes, comunitárias dos loteamentos regulares estão ocupados com assentamentos onde deveriam ter áreas verdes. Infelizmente isso representa a falta de planejamento e gestão que permite a degradação dos locais com o passar do tempo. A área urbanizada da cidade é sujeita a lei de uso e ocupação do solo onde possui uma série de parâmetros a serem cumpridos com a finalidade ambiental que as vezes os urbanistas não percebem a importância para o ciclo da água na bacia hidrográfica. Um instrumento básico dessa lei é a taxa de ocupação da edificação que deve estar em 75% da área do terreno e os 25% restantes devem ser destinados a recarga do aquífero e conservação do ciclo de água. Porém existe um processo de urbanização que impermeabiliza tudo e como consequência tem-se as inundações, córregos secarem em época de seca e inundarem em época de chuva. Ou seja, todo esse ciclo de água do aquífero alimentando o recurso hídrico na época da seca e o contrário na época da chuva não acontece pela falta de gestão de uso

90 e ocupação do solo. Então, o zoneamento define os parâmetros em função das
91 aptidões geotécnicas das regiões, da capacidade de diluição dos recursos hídricos,
92 entretanto as nossas sub bacias não podem ser consideradas como um exemplo
93 de gestão urbana orientada pela bacia hidrográfica. O arquiteto exemplifica essa
94 situação com o Córrego do Barbado, que desde a década de 80 durante o processo
95 de canalização da Avenida Tancredo Neves até a foz no Rio Cuiabá, gerou um
96 impacto grande, em seguida a construção de condomínios próximo a nascente
97 desse córrego e recentemente a canalização entre o Bairro Jardim das Américas
98 até a UFMT. Isso demonstra que a solução do brasileiro é sempre canalizar, além
99 de ser uma técnica não utilizada em nenhum país, é a pior alternativa em vista da
100 macrodrenagem e da paisagem da cidade. Ele finaliza sua apresentação, dando
101 algumas considerações da importância do Comitê estar em sintonia com a
102 Secretaria de Infraestrutura para o controle social das ações do poder público. A
103 presidente Eliana agradece a apresentação do professor Claudio, abre para algum
104 questionamento e comenta a importância de trazer pessoas que fazem interface
105 com a Política de Recursos Hídricos, pois é preciso atentar que a cidade trabalha e
106 define suas preservações de uso e parcelamento do solo e quando se fala da
107 Política de Recursos Hídricos, tem-se a bacia como uma comunidade de ação onde
108 muitas vezes ultrapassa o limite do município, dando a visão do que acontece em
109 um ponto a montante será passado ao ponto a jusante. Além disso, bacia não deve
110 ser olhada apenas dentro da área urbana do município, mas também para a área
111 rural que também está envolta da bacia. Então o urbanismo e o saneamento
112 possuem diferentes planos de atuação, mas podem e devem trabalhar em conjunto.

113 **III-** Ao encerrar sua fala, a presidente passa a palavra para a professora Daniela
114 apresentar os resultados da oficina realizada no Comitê que faz uma avaliação
115 crítica de como o CBH está na escala de Governança das Águas. Cumprimentando
116 a todos, a professora inicia sua fala trazendo os resultados dos Indicadores de
117 Governança das Águas, seguindo o protocolo de monitoramento do Observatório
118 das Águas, o qual ajudará Comitê a se fortalecer e planejarem novas ações. A
119 Daniela faz uma síntese lembrando que o OGA Brasil é uma rede multisetorial

120 reunindo 49 instituições do poder público, setor privado e organizações da
121 sociedade civil e 12 pesquisadores. Além disso, a Governança da Água refere-se a
122 um processo no qual novos caminhos, teorias e práticas são propostos e adotados
123 com o objetivo de estabelecer um relacionamento alternativo entre governo e
124 demandas sociais e gerenciamento de interesses diferentes. Em seguida, a
125 professora explica que aos Comitês fazerem o monitoramento da governança, eles
126 ganham o reconhecimento da importância da governança e sistematizam essa
127 discussão presente na gestão das águas, conseguem identificar lacunas de
128 governança e assim é possível aperfeiçoá-las, ampliam os resultados da gestão e
129 aumentam as possibilidades de alcançar os objetivos da Política de Recursos
130 Hídricos fortalecendo os comitês. Ao iniciar os resultados, ela comenta que foi
131 trabalhado com cinco dimensões de governança: ambiente institucional,
132 capacidades estatais, instrumentos de gestão, relações intergovernamentais e
133 interação estado-sociedade. Ao adentrar nos indicadores, a professora Daniela
134 mostra que em relação a implantação dos 24 indicadores, 13 estão insatisfatórios,
135 8 atendem parcialmente e 3 plenamente. No quesito expectativa de melhoria nos
136 próximos 3 anos, 18 acreditam na melhoria do Comitê e o nível de consenso foi
137 considerado forte, demonstrando sintonia nas decisões dentro do Comitê. Os
138 indicadores com notas menores foram relacionados aos instrumentos de gestão
139 (enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação) por não haver o Plano
140 de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Cuiabá, cumprimento das funções do CBH e
141 pouca integração setorial na área de recursos hídricos e com as prefeituras. Em
142 uma espécie de termômetro, com níveis de básico a avançado, a professora explica
143 que atualmente o CBH Cuiabá está no nível básico reunindo informações e
144 disseminação da informação. Por fim, ela faz algumas sugestões como: analisar e
145 discutir as lacunas, definir metas e ações prioritárias para aperfeiçoamento da
146 governança e fortalecimento do CBH, criar uma câmara técnica para monitorar a
147 governança e aderir ao protocolo do OGA para trocar informações, obter apoio e
148 aperfeiçoar os indicadores com outros CBHs. Agradece a oportunidade de inserir
149 esse protocolo no Comitê, diz a importância para os alunos do mestrado terem

150 participado da oficina e abre para os questionamentos. A presidente Eliana comenta
151 sobre as sugestões serem extremamente importantes para o CBH, principalmente
152 a câmara técnica de forma a facilitar o acompanhamento dos indicadores e adesão
153 ao protocolo do OGA. Pois será possível acompanhar e ter o comprometimento de
154 forma que sirva como uma âncora para o Comitê progredir e alcançar
155 principalmente os instrumentos da Política de Recursos Hídricos. A presidente
156 Eliana agrade o estudo e a dedicação da equipe do mestrado em Recursos Hídricos
157 com o CBH Cuiabá e abre para questionamentos e sugestões. Eliel Ferreira,
158 coordenador do Fórum Estadual de Comitê de Bacias Hidrográficas, comenta que
159 o FECBH juntamente com a GFAC, possuem um papel importante com todos os
160 CBHs do Estado no monitoramento de como está ocorrendo a aplicação dos
161 instrumentos da Política. Atualmente o Fórum trabalha no nivelamento entre os
162 Comitês, analisam as pautas de todos para ser mais visível o nível da aplicação dos
163 instrumentos de cada CBH, pois é papel do FECBH ajustar essas diferenças de
164 capacidade e competência em relação aos instrumentos. Professora Daniela
165 cumprimenta Eliel e o convida para acessar o Observatório das Águas para poder
166 ampliar este projeto, comenta que até o final do ano irá sair um trabalho feito em
167 conjunto com o CBH Teles Pires, o qual o coordenador é membro. **IV-** A presidente
168 Eliana inicia a apresentação sobre a Proposta de Enquadramento dos Córregos
169 Urbanos, pois é uma meta do Comitê propor subsídios ao enquadramento. Introduz
170 sobre a definição de enquadramento que é o estabelecimento da meta de qualidade
171 da água a ser obrigatoriamente alcançado ou mantido em um segmento de corpo
172 de água, de acordo com os usos preponderantes pretendidos, ao longo do tempo.
173 Tendo como base os resultados do monitoramento apresentado pela SEMA na 1ª
174 Reunião Ordinária, foram escolhidos alguns pontos para entender a situação
175 baseado na Resolução CEHIDRO nºs 68 a 72/2014. Usando como exemplo a
176 nascente do Córrego Ribeirão do Lipa, a professora mostra o que a Resolução
177 estabeleceu para DBO máxima e Classe, e a máxima, mínima e mediana desses
178 valores apresentados pela SEMA. Assim, analisando os resultados, eles possam
179 dar um subsídio de quais valores ou critérios o Comitê poderia estar propondo para

180 um futuro enquadramento, pois os enquadramentos transitórios foram sugeridos
181 para as bacias urbanas no contexto do ano de 2014 e durante esse tempo, muitas
182 mudanças ocorreram. É importante compreender como a infraestrutura de
183 esgotamento sanitário e o tratamento dos efluentes está acontecendo nas sub
184 bacias urbanas, para propor metas como o enquadramento prevê: metas
185 progressivas e contínuas de melhoria. Muitas vezes as metas são estabelecidos por
186 meio de dados disponibilizados, mas não considera o que deve ser feito para essas
187 melhorias serem refletidas nos corpos d'água. A professora analisa o ponto próximo
188 a foz do Ribeirão do Lipa, onde obteve DBO máxima de 18,5 mg/L, mínima 4,21
189 mg/L e mediana 6,31 mg/L e sendo estabelecido pela Resolução DBO máx 60 mg/L
190 e classe 4. Porém, é possível notar que foram estabelecidos valores muito altos
191 para a DBO, sendo 18,5 mg/L o valor máximo do córrego durante o monitoramento.
192 Então, o trabalho da câmara técnica do CBH é a partir desses valores compreender
193 quais critérios poderiam ser adotados para sugerir novas metas. Continuando a
194 apresentação, Eliana mostra os valores encontrados no leito do Rio Coxipó, onde
195 as metas estabelecidas são muito além do que foi encontrado no monitoramento,
196 assim como nos córregos São Gonçalo e Lavrinha. Em seguida, a professora
197 apresenta gráficos *box-plot* para facilitar a compreensão dos valores, pois é possível
198 visualizar a amplitude e variação entre a máxima, mínima, e a mediana demonstra
199 onde está a concentração de 50% desses valores. O córrego Ribeirão do Lipa
200 possui uma amplitude muito alta, mas para entender o porquê dessa diferença seria
201 interessante separar os dados de seca e chuva, pois durante o período de chuva
202 muito material sólido é carregado pelos corpos hídricos, elevando a concentração de
203 DBO. No Rio Coxipó, é possível perceber um variação menor, ficando dentro do
204 estabelecido pela Resolução. Já no córrego São Gonçalo percebe-se uma
205 amplitude muito grande como no Ribeirão do Lipa e pode ter o mesmo motivo para
206 essa variação tão grande. Para fazer um comparativo com os dados da SEMA, a
207 presidente mostra os resultados dos córregos Ribeirão do Lipa e São Gonçalo, do
208 trabalho da Carolina Simonato que também apresentou-o na 1ª Reunião Ordinária.
209 No córrego Ribeirão do Lipa a variação entre os dados não ocorreu com tanta

210 amplitude e mostra valores inferiores do que o do monitoramento. Ela faz a
211 observação das coletas terem sido em épocas diferentes, mas ressalta o propósito
212 da comparação ser um exemplo para analisar. Já no córrego São Gonçalo há uma
213 diferença muito grande entre os valores, enquanto no monitoramento da Águas
214 Cuiabá a DBO máxima foi 72,96 mg/L o trabalho da Caroline foi 10 mg/L, ou seja,
215 há uma amplitude elevada. Em seguida, a professora mostra a Resolução
216 CEHIDRO nº 109/2018 que trata sobre o enquadramento dos corpos de água
217 superficiais e subterrâneos e dentre outras Resoluções considera as nºs 68 a
218 72/2014 do enquadramento transitório para metas a serem atingidas em 5 e 10
219 anos. Quando as Resoluções de 2014 foram definidas, ainda não existia a atuação
220 do Comitê, portanto a SEMA apresentou uma proposta diretamente ao CEHIDRO e
221 a mesma aprovou. Entretanto, atualmente o CBH existe e ele pode propor uma
222 revisão da Resolução, desde que seja feito um programa para efetivação do
223 enquadramento, de forma a compreender qual a situação atual, quais ações estão
224 sendo feitas na bacia em termos de melhoria da infraestrutura e definir os objetivos
225 de qualidade necessários, conforme diz o parágrafo 4º da Resolução CEHIDRO nº
226 109/2018. Para isso, a proposta deve ser feita conforme um Plano de Recurso
227 Hídricos deve conter diagnóstico, prognóstico, propostas de metas relativas às
228 alternativas de enquadramento e o programa de efetivação. Complementa ainda
229 que se está tendo pela Águas Cuiabá uma ampliação da infraestrutura de rede
230 coletora e tratamento, é papel do Comitê disseminar à população a importância de
231 fazer a ligação residencial com as redes coletas de esgoto, além da conscientização
232 de não jogar resíduos nos corpos d'águas. Somente reduzindo as fontes poluidoras
233 dos córregos será possível acompanhar a evolução na qualidade das águas dessas
234 sub bacias. Continuando a Resolução, a professora mostra uma série de
235 informações e estudos que devem ser reunidos para caracterizar a bacia , em
236 seguida ser criado um prognóstico definindo cenários futuros, simulando os
237 impactos nos recursos hídricos considerando a situação atual para por fim analisar
238 quais as melhorias necessárias para definir metas a curto, médio e longo prazo,
239 atingindo o objetivo esperado. Portanto, o Comitê possui uma responsabilidade

240 grande de atuação e com a ajuda da Universidade e com professores de diversas
241 áreas, será possível subsidiar essa questão tão importante para a região de Cuiabá.
242 A presidente finaliza pedindo que reflitam as informações da apresentação dela com
243 a do arquiteto Claudio e da professora Daniela, pois irão ajudar o CBH a fortalecer
244 a ação em relação aos instrumentos, e assim aumentar o poder de atuação do
245 Comitê. A professora solicita como encaminhamento à câmara técnica de
246 saneamento para trabalhar essa perspectiva apresentada do enquadramento
247 fazendo uma interface com o Instituto Legal para trabalharem em um documento
248 com todos os subsídios necessários, de acordo com a Resolução CEHIDRO nº
249 109/2018 apresentada, além de reunir os estudos já existentes para ajudar na
250 elaboração do diagnóstico. O professor Claudio responde que o Instituto Cidade
251 Legal tem esse objetivo de ser um local de controle social, aproximação com os
252 conselhos, denúncias, e complementa que o indicador importante de uma sub bacia
253 é a classificação dos córregos e essa atuação do Comitê é importante para melhorar
254 a saúde dos corpos hídricos e a infraestrutura de esgoto e resíduos sólidos. A vice-
255 presidente Sara reforça a importância do enquadramento para ser possível a
256 cobrança da Agência Reguladora nas concessionárias. Comenta ainda sobre a falta
257 de posicionamento da ARSEC em relação aos resíduos, principalmente quando
258 jogados nos córregos e são carregados para os rios. Em relação a ARSEC a
259 presidente comenta que foi enviado um e-mail solicitando os dados dos efluentes
260 tratados, porém a Agência disse não ter, apenas recebe a informação se a
261 qualidade do efluente está ou não em conformidade. Mas o Comitê precisa saber
262 qual conformidade é essa, qual o nível de tratamento está sendo feito, além do mais,
263 a lei determina a transparência dos dados da fiscalização da Agência Reguladora e
264 por isso será solicitado mais uma vez o detalhamento do monitoramento de
265 efluentes. **IV-** Como encaminhamentos a presidente sugere 1- a criação da câmara
266 técnica de Governança das Águas para monitorar os indicadores feitos na oficina.
267 2- Iniciar os trabalhos da câmara técnica do enquadramento, sendo feita uma
268 agenda para organizar os trabalhos a serem feitos e pede a participação do

269 arquiteto Claudio juntamente com o Instituto Cidade Legal para ajudar nesse
270 processo. Após tratar toda a pauta a presidente dá por encerrada esta reunião.

271

272



273

Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima - Presidente do CBH Cuiabá - ME

274

Suzan Lannes de Andrade – 1ª Secretária do CBH Cuiabá - ME